



Ações podem viabilizar Restaurante

• **Representante do Ministério do Desenvolvimento Social afirmou que recursos para o projeto não precisam vir só da Prefeitura**

O Ministério do Desenvolvimento Social apresentou ontem, em audiência pública na Câmara, ações que podem ser a solução para a implantação do Restaurante Popular na cidade. Como o JF HOJE adiantou na edição do dia 22, a Prefeitura alega não ter certeza se teria condições financeiras de manter o projeto, já que venderia as refeições, subsidiando parte do valor.

De acordo com o representante do órgão do Governo Federal que participou da reunião, Bruno Medeiros, os recursos do Restaurante Popular não precisam vir totalmente dos cofres da Prefeitura. Segundo

ele, o Município, ao desenvolver o projeto, pode se cadastrar em programas sociais que reduzem os custos de investimentos, como o incentivo à compra de produtos produzidos pela agricultura familiar da região.

— No Rio Grande do Sul, há lei que oferece abatimento de impostos para empresas que doam alimentos para os programas da política de segurança alimentar — sugeriu.

Medeiros ainda lembra que não há proibição de os restaurantes fazerem preços diferenciados.

— Quem pode pouco, paga o mínimo. Quem pode mais, paga um preço um pouco maior.

Mesmo com a apresentação das hipóteses de diminuir o impacto da manutenção do restaurante nos cofres públicos de Juiz de Fora, o representante do Ministério considerou o investimento de R\$ 1 milhão ao ano suportável.

— É um custo baixo diante do benefício que vai proporcionar.

Em entrevista publicada na

última segunda-feira, o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, André Zuchi, alegou que os investimentos anuais, ao contrário dos números apresentados ontem, chegavam à casa dos R\$ 2 milhões, o que representaria 10% dos recursos livres do orçamento. Diante da apresentação de alternativas para ratear o subsídio, o representante do Executivo municipal considerou que “há saídas interessantes”.

Durante a audiência, as declarações que mais chamaram a atenção de vereadores foram das catadoras de papel Vera Lúcia Assis e Janaína Silva. Elas insistiram na continuidade do projeto como forma de amenizar o problema da alimentação para os mais pobres.

— Saio de casa às 5h e só volto à noite, sem almoçar. Não tenho carro para querer ponte, mas tenho barriga para sentir fome — declarou Vera, fazendo referências ao anúncio de construção de pontes no Rio Paraíba.

— Se continuar assim, catadores vão ter que continuar comendo coisas dos latões — complementou Janaína.



• **Concessionárias: dificuldade para atender à demanda**

Venda de carros cresce até 40%

• **Possível fim da redução do IPI provoca corrida às concessionárias de JF**

A cinco dias do prazo inicialmente estabelecido pelo Governo federal para o fim da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), concessionárias de Juiz de Fora comemoram alta de até 40% nas vendas de veículos 0km. A incerteza quanto à possível prorrogação do benefício tem provocado corrida de consumidores às autorizadas, que chegam a encontrar dificuldades para atender à demanda.

Proposta de prolongar o incentivo fiscal para automóveis e materiais de construção civil foi apresentada ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto do ministro da Fazenda, Guido Mantega, ainda prevê a criação de estímulo ao setor de bens de capital (máquinas e equipamentos).

A princípio, acredita-se que o benefício para a compra de carros será reduzido gradativamente, com a elevação da alíquota de IPI em relação ao que foi cobrado nos últimos seis meses (zero), mas sem

alcançar o patamar dos percentuais que vigoravam em 2008 (7%). No entanto, anúncio oficial do pacote de medidas deve ser feito só na próxima segunda-feira.

Para o gerente de vendas de uma concessionária na Avenida Rio Branco, Ângelo Augusto Paradinha, a dúvida sobre as taxas que irão vigorar a partir de 1º de julho foi benéfica para os negócios. Após cinco meses de vendas infladas em 15%, em junho o movimento na loja chegou a crescer 40%.

OFERTA INSUFICIENTE

Em uma autorizada do Bairro Mariano Procópio, a oferta de veículos chegou a ser insuficiente para atender à procura por carros 0Km. Segundo o gerente de vendas Paulo Roberto Martins da Costa, a redução do IPI acelerou as vendas em 25% e ocasionou uma explosão de contratos na última quinzena.

— Hoje (ontem), temos apenas cinco carros para venda, quando o normal costuma ser 30. Costumamos expor uns dez veículos, mas agora só temos quatro para essa finalidade. Acabamos de receber uma carreta com 12 automóveis, todos já faturados. Devemos fechar o mês com recorde de vendas.

Lei proíbe animais em circos

• **Cidade não poderá mais ter espetáculos que utilizem bichos**

Juiz de Fora não poderá mais ter espetáculos que utilizem animais. Para se apresentar na cidade, circos e outros tipos de eventos deverão ter alvará de órgãos competentes da Prefeitura, alegando que não há exposição dos bichos. Quem descumprir a determinação, pagará multa de R\$ 5 mil e

ficará impedido de exercer suas funções na cidade por três anos.

A proibição abrange animais silvestres ou selvagens, domésticos ou domesticados e nativos ou exóticos. A mudança foi proposta pelo vereador Noraldino Júnior (PSC) e aprovada no plenário da Câmara na terça-feira. O legislador justificou a apresentação do projeto de lei com base nos maus tratos sofridos pelos animais criados para se apresentarem em público e o perigo que eles oferecem à população.

RODEIOS

Diante da aprovação da proposta, questionou-se também se a proibição se estenderia aos rodeios. A assessoria de imprensa da Festa Country, por meio de nota, declarou que baseia-se na classificação nacional que define o rodeio como modalidade esportiva para desenvolvê-lo na cidade. “A Organização da Festa Country de Juiz de Fora agirá, como sempre agiu, respeitando os preceitos legais que norteiam as atividades por ela desenvolvidas”, completa.